



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
ESCRITÓRIO REGIONAL AFRICANO

COMITÉ REGIONAL AFRICANO

AFR/RC53/16c
4 de Setembro de 2003

Quinquagésima-terceira sessão
Joanesburgo, África do Sul, 1-5 de Setembro de 2003

ORIGINAL : FRANCÊS

Ponto 11.3 da ordem do dia provisória

RELATÓRIO DA MESA-REDONDA 3

**Acção humanitária e de emergência: Melhorar a eficácia
das intervenções na área da saúde**

INTRODUÇÃO

1. A Mesa-Redonda sobre o tema "Situações de emergência e acção humanitária: melhorar a eficácia das intervenções de saúde" realizou-se a 4 de Setembro de 2003, sob a presidência do Professor Abdelhamid Aberkana, Ministro da Saúde Pública da Argélia. O Professor Emmanuel Eben-Moussi, dos Camarões, desempenhou o papel de facilitador e de relator. Os debates contaram com a participação activa de cerca de 70 participantes, onde se incluíam muitos ministros da saúde.
2. O objectivo da reunião foi chamar a atenção para o fardo que as situações de emergência/catástrofes e as situações de crise humanitária representam para a saúde, para melhor precisar o papel dos Estados-Membros e definir as medidas que os Ministérios da Saúde e os seus parceiros poderiam adoptar para minimizar o impacto sanitário de tais situações.
3. O Professor Aberkane efectuou uma breve introdução, onde sublinhou a importância desta questão, salientando o carácter fortemente intersectorial e interdisciplinar das reacções às situações de catástrofe, convidando os presentes a detectar e avaliar as vulnerabilidades e os riscos mais relevantes e lamentando a fraca capacidade dos nossos sistemas nacionais de saúde para se organizarem o melhor possível.

4. O facilitador da Mesa-Redonda deu, em seguida, esclarecimentos sobre o documento informativo (ARF/RC53/RT/3) que fora entregue aos participantes, explicitou as noções de emergência e de catástrofe, ajuda humanitária e intervenções sanitárias. Indicou seguidamente o método de trabalho adequado.

5. Foi feita uma exposição, com o ponto da situação, pela Sra. E. Anikpo-N'Tame, Directora da Divisão Ambientes Saudáveis e Desenvolvimento Sustentável, do Escritório Regional Africano da OMS, sobre uma listagem das emergências/catástrofes vividas nos últimos anos pela Região Africana, o seu impacto sócio-económico e as dificuldades de resposta, que tornam preocupante o seu carácter tão iminente quanto complexo, tão deprimente quanto desafiador destas situações, que as transformam rapidamente em crises humanitárias.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES RETIRADAS

6. As experiências relatadas por todos os intervenientes sublinham:

- a) as insuficientes respostas nacionais, as falhas devidas à fraca preparação, ao pânico, precipitação, improvisação e, por vezes, à resposta atrasada e/ou inadequada, às fraquezas dos sistemas de saúde, à coordenação desajustada, à má previsão sobre as populações mais vulneráveis, às dificuldades em avaliar a extensão dos problemas, no tempo e no espaço;
- b) a importância dos parceiros intersectoriais;
- c) o interesse em associar todas as forças vivas do país às actividades, particularmente as forças armadas e as ONG de vocação humanitária (como a Cruz Vermelha, etc.) e até o sector privado;
- d) as dificuldades de gestão das intervenções selvagens;
- e) a complexidade das situações pós-conflito, pós-catástrofe ou pós- crise, no plano dos seus efeitos sobre o "potencial de saúde" dos países, e no plano do acompanhamento das vítimas;
- f) as principais problemáticas transfronteiriças, nomeadamente, na Região dos Grandes Lagos, no Corno de África e na África Ocidental;
- g) a necessidade de conseguir que a OMS desempenhe o seu papel simultaneamente normativo, de apoio técnico e de coordenação.

PONTOS DE DISCUSSÃO E DEBATES

7. A Mesa-Redonda analisou os seguintes pontos:
- a) De que modo podem os Ministérios da Saúde reduzir a incidência sanitária destas situações?
 - b) De que modo podem os governos reforçar a capacidade dos países para gerirem eficazmente as situações de emergência e para tirarem o melhor partido da importante assistência fornecida pelos doadores na área dos socorros?
 - c) De que modo podem os governos e as comunidades participar na gestão das situações de emergência, nos contextos de extrema pobreza em que elas ocorrem?
 - d) Que tipo de apoio esperam os países da parte da OMS?

RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS

À atenção dos Estados-Membros

8. A Mesa-Redonda recomendou aos Estados-Membros que:
- a) identificassem os riscos potenciais de catástrofes e avaliassem a vulnerabilidade das populações;
 - b) se empenhassem na liderança de todas as operações de resposta, definindo o âmbito do quadro de intervenção, estabelecendo os códigos de conduta e determinando os passos normativos;
 - c) sensibilizassem, através de uma advocacia activa, todos os parceiros nacionais, tanto ao nível governamental como não-governamental, de modo a reforçar os mecanismos de colaboração e estabelecer as necessidades de coordenação;
 - d) criassem uma equipa, uma unidade ou uma *task force* interministerial de crise, e/ou um representante do sector da saúde no conselho nacional de segurança, quando este existisse;

- e) promovessem, tanto quanto possível, textos preventivos relativamente ao assentamento maciço das populações, e previssem disposições regulamentares que permitam, (quando solicitadas) a descentralização para intervenções próximas do utente, sobretudo quando estas se desenvolvam ao nível das zonas remotas ou transfronteiriças;
- f) estruturassem os planos nacionais em torno de cinco preocupações principais: previsão, prevenção, preparação, resposta, e gestão pós-catástrofes;
- g) organizassem exercícios nacionais periódicos de simulação de resposta às catástrofes;
- h) solicitassem e consolidassem, mas com melhor regulamentação, as ONG chamadas a intervir, sobretudo as de vocação humanitária;
- i) explorassem o potencial das capacidades existentes e constituíssem uma massa crítica de recursos humanos nacionais para as emergências (urgências médicas, planificação, gestão, coordenação, resposta, acompanhamento e avaliação);
- j) se empenhassem no tratamento da informação recolhida e se preparassem melhor para canalizar o fluxo da informação destinada às comunidades, a fim de promover mecanismos locais de solidariedade e de vigilância;
- k) reforçassem a preparação para as emergências/catástrofes, através de:
 - um sistema de vigilância sanitária e política com base numa boa governação;
 - uma actualização dos planos nacionais de intervenção, assegurando-se de que eles entrem em linha de conta com certas realidades dos países (por exemplo, as regiões insulares), de que esses planos sejam operacionais e devidamente financiados e façam parte operacional dos planos de protecção civil;
 - o reforço das capacidades das estruturas de implementação das respostas, referência especial aos planos de urgência dos hospitais e de alerta para emergências sanitárias;

- medidas preventivas, como a vacinação das populações vulneráveis, a vacinação transfronteiriça sincronizada, a distribuição prévia dos *stocks* estratégicos de emergência (alimentos, medicamentos, vacinas) e a melhoria do estado nutricional;
- o reforço das capacidades de resposta às emergências/catástrofes, através de uma melhor divulgação das orientações técnicas, uma gestão dos cuidados curativos e preventivos bem organizada, uma atenção sustentada aos aspectos não-sanitários (habitação, ambiente, água, saneamento, alimentação).

À atenção da OMS

9. Solicita-se à OMS que:

- a) reforce a organização dos pontos focais para as situações de emergência e acção humanitária e das equipas sub-regionais de intervenção;
- b) prossiga os seus esforços em material de formação de peritos nacionais, no domínio das emergências e domínios conexos;
- c) informe os Estados-Membros de todas as iniciativas regionais: criação de coordenadores sub-regionais, elaboração de estratégias de intervenção para as crises humanitárias, planeamento do processo de apelos consolidados, centros de coordenação dos apoios (Joanesburgo) ou de vigilância das doenças (Ouagadougou);
- d) reforce o seu apoio técnico (conhecimentos e aconselhamento) aos países e a sua advocacia a favor dos países, no que diz respeito à mobilização de recursos;
- e) ajude os países a avaliarem os riscos para a saúde, com base no mapeamento de riscos, na monitorização dos riscos prevaletentes, na identificação das incertezas e na formação em análise das vulnerabilidades;
- f) ajude os países na coordenação das intervenções sanitárias com os parceiros nacionais e externos;
- g) documente as lições retiradas.

CONCLUSÃO

10. A Mesa-Redonda reconheceu a importância e a pertinência do assunto apresentado a debate. Os participantes reconheceram que todos os países são vulneráveis às catástrofes e que é preciso dar atenção à planificação e gestão das catástrofes, ao reforço da colaboração e das parcerias, bem como ao reforço das capacidades nacionais. Todos concordaram que é necessário reforçar a solidariedade entre os países, bem como as complementaridades e coordenação e tentar fazer convergir harmoniosamente todas as potencialidades, a fim de reduzir o sofrimento das vítimas de catástrofes.